



Como Exportar Tunísia

entre

BrazilTradeNet



Ministério das Relações Exteriores
Departamento de Promoção Comercial
Divisão de Informação Comercial



Perfil da Tunísia

O País	2
Comércio Exterior	3
Política de Investimentos	4
Acordo de Associação da União Européia com a Tunísia	6
Recomendações ao exportador brasileiro	8
Dados Bibliográficos	9
Mapa	10



O país

A Tunísia é um país de superfície equivalente à do Estado do Ceará, com pouco mais de 162 mil km² e 9,2 milhões de habitantes, situado no contorno nordeste da África do Norte (Magrebe), entre a Argélia e a Líbia, em posição estratégica no centro do Mediterrâneo, a apenas 140 km da Sicília. País de cultura essencialmente árabe e religião muçulmana, recebeu influência de várias civilizações ao longo de mais de 3 mil anos de história: bérbere, cartaginesa, romana, bizantina, árabe e turca, fazendo parte do império otomano de fins do século XVI até o estabelecimento do protetorado francês em 1881. Tornou-se independente em 1956 e República no ano seguinte, com sistema de governo definido pela Constituição de 1959: Presidente da República, eleito por cinco anos, e Câmara dos Deputados, eleitos por igual período. A situação geopolítica da Tunísia foi fator determinante na aproximação com a Europa ocidental e no atual processo de associação com a União Européia.

Sob o **aspecto geográfico**, é constituída ao norte por região de montanhas baixas e um vale fértil (rio Medjerda), de clima mediterrâneo, onde se situa Túnis, capital e principal porto, centro comercial e industrial (1,8 milhão). A parte central é uma área de planaltos, com clima mais quente e seco (região do Sahel), que, ao sul, se tornam semidesérticos, baixando em direção ao deserto do Saara e à planície costeira do Djefara. As principais cidades são: Sfax (porto e segundo centro industrial: 247 mil habitantes), Sousse (centro turístico e comercial: 136 mil habitantes), Kairouan (centro comercial e religioso, no interior: 110 mil habitantes), Bizerte (porto) e Gabés (porto e centro comercial).

No **plano econômico**, as terras cultivadas correspondem a cerca de 32% do território, situadas quase todas na região norte, e 20% do mesmo são pastagens. As atividades agrícolas são tradicionalmente de marcada importância: o setor corresponde a 14,2% do PIB e a 11,1% das exportações (inclusive agro-industriais) e emprega um terço da população economicamente ativa. A produção abrange trigo, cevada, azeitonas e azeite de oliva (4º produtor mundial), frutas e tâmaras, vinhos, beterraba açucareira, tabaco, cortiça, carnes e laticínios, além da pesca. Os recursos minerais são constituídos por fosfatos e derivados (11% das exportações, 4º exportador mundial), gás natural e petróleo (9% das exportações) e, em menor escala, minério de ferro, chumbo e zinco.

O **desenvolvimento industrial** foi um dos fatos mais notáveis do último decênio: representa hoje o setor industrial 28,5% do PIB e mais de 68% do valor das exportações. Além dos têxteis e confecções (44% das exportações, 5º fornecedor da Europa) e manufaturas de couro, as atividades industriais cobrem principalmente os setores agro-alimentício, químico (derivados de fosfatos) e farmacêutico, eletro-eletrônico e metal-mecânico, de autopeças, papel, cimento, cerâmica sanitária, vidro e cortiça; o artesanato é significativo. O turismo é igualmente muito desenvolvido: a Tunísia recebe anualmente mais de 4 milhões de visitantes, sobretudo europeus, sendo o setor responsável por 6,1% do PIB e 15,6% da receita em conta corrente.



Comércio Exterior

No **plano do comércio exterior**, as importações alcançaram US\$ 8 bilhões (CIF) em 1997, com crescimento de 17,3% em relação ao ano anterior. Compõem-se de bens de consumo (34,4%), produtos semi-acabados (22,1%), bens de capital (21,8%), produtos alimentícios (8,3%), produtos energéticos (7,5%) e matérias primas (5,9%). Quanto à origem, 72,9% correspondem à União Européia (principalmente: França, Itália, Alemanha e Espanha); 7,3% à Ásia (Japão: 2,4%); 6,3% aos países árabes (Líbia: 3%; Argélia: 1,7%); 5,1% à América do Norte (sobretudo EUA); e 2,7% à América do Sul (Argentina: 1,6%). As importações originárias do Brasil alcançaram US\$ 63,5 milhões, correspondendo a 0,8% da pauta total em 1997, abrangendo: produtos alimentícios básicos (açúcar, milho, café em grão e óleo de soja), insumos industriais (tabaco e minério de ferro), produtos intermediários (laminados de ferro e aço, couros bovinos e produtos químicos), produtos manufaturados de uso industrial (cerâmica refratária, papel e cartão, tecidos de algodão e fibras têxteis sintéticas) e bens de capital (colheitadeiras agrícolas, niveladoras, compactadoras, escavadoras e empilhadeiras, partes e peças para veículos automotores e para maquinaria industrial).

As exportações tunisianas, que têm demonstrado especial dinamismo no setor de manufaturados (principalmente quanto a produtos agro-alimentícios, metal-mecânicos, elétricos, têxteis e cerâmicos), alcançaram US\$ 5,6 bilhões (FOB) em 1997, dos quais 78,3% destinados à União Européia; 7,6% a países árabes; 6% à Ásia (Índia: 2,8%); e 1% à América do Sul (Brasil: 0,4%, correspondendo a US\$ 22 milhões: fosfatos, superfosfatos, cimento e cortiça; Argentina: 0,2%). A balança comercial tunisiana é estruturalmente deficitária e a taxa de

cobertura das importações pelas exportações situa-se em torno de 70%.

O **desenvolvimento econômico e social** tem sido igualmente significativo: PIB de US\$ 19 bilhões, com taxa média anual de crescimento sustentado de 4,6% no quinquênio 1992-96 (5,4% em 1997, previsão de 6% a.a. no período do IX Plano 1997-2001); renda *per capita* de US\$ 2.080 (a preços correntes); inflação de 3,7% em 1997; déficit fiscal equivalente a 4% do PIB; déficit em conta corrente de 3,1% do PIB; serviço da dívida representando 16,4% do PIB (com pagamentos em dia); e reservas internacionais de US\$ 2 bilhões (equivalentes a 91 dias de importação). Na parte social, os indicadores são os melhores não só do Magrebe, mas de grande parte dos países árabes: taxa de alfabetização de 70% (educação básica obrigatória de 6 a 15 anos); população essencialmente jovem (51% com menos de 20 anos) e urbana (60%); taxa de crescimento demográfico estabilizada em 1,6%; boa expectativa de vida média (72 anos); força de trabalho representativa (3 milhões) e alfabetizada (90%); taxa de eletrificação de 86%; saneamento e água potável atingindo 70% do país; e percentual de pobreza limitado a 6,7% da população. A classe média tunisiana corresponde hoje a cerca de 60% da população e 79% das famílias possuem casa própria. Deve-se mencionar que o Código Civil de 1956 instituiu a monogamia e a igualdade entre o homem e a mulher. Em virtude desses indicadores, bem como pelo fato de ser, hoje, um país politicamente estável, a Tunísia foi colocada em segundo lugar na África, depois de Maurício, no relatório de competitividade para 1998 do último "World Economic Forum" de Davos, sendo o país considerado como de risco bastante bom pelas agências de avaliação de risco internacionais.



Política de investimentos

O IX Plano de Desenvolvimento 1997-2001 prevê investimentos globais da ordem de US\$ 30,5 bilhões no período, um terço dos quais em setores de infra-estrutura, especialmente: desenvolvimento urbano e proteção ambiental (25%), recursos naturais (24%), transportes (21%), telecomunicações (15%) e eletrificação rural (15%). O financiamento deverá ser assegurado tanto pela poupança interna (a taxa de investimento alcançou 24,4% em 1997), quanto por investimentos estrangeiros (correspondem a cerca de 20% do estoque de capital privado) e por empréstimos públicos e créditos comerciais e financeiros privados obtidos no mercado internacional (Europa, Estados Unidos e Japão).

O estoque de investimentos estrangeiros privados na Tunísia eleva-se a cerca de US\$ 2,8 bilhões, dos quais 346 milhões correspondem a capitais de risco recebidos em 1997. Operam no país 1.680 empresas estrangeiras ou mistas, em grande parte européias (francesas, italianas e alemãs) e norte-americanas. Entre elas, 1.052 estão voltadas exclusivamente para a exportação, principalmente no setor de manufaturados (regime "off-shore", com incentivos especiais), que participam em cerca de 30% no total das exportações tunisianas. Os investimentos estrangeiros mais importantes encontram-se nos setores de hidrocarbonetos (43 grandes empresas, sobretudo na área de produção e transporte de gás natural), de infra-estrutura turística (em 156 estabelecimentos hoteleiros) e de indústrias de transformação (produtos industriais e artigos de consumo).

Embora emergindo de uma economia bastante protegida e estatizada (cerca de 40% da produção de bens e serviços ainda é administrada pelo Estado e o ritmo das privatizações tem sido relativamente lento), a Tunísia adotou

mais recentemente uma política de progressiva liberalização econômica e comercial. Deve-se lembrar, a respeito, que o grau de abertura da economia tunisiana é, por natureza, bastante elevado, visto corresponder o intercâmbio de bens e serviços a 86% do PIB, e que o desenvolvimento econômico do país depende, em grande parte, do aporte de capital estrangeiro, fatores que norteiam a política econômica externa.

Nesse sentido, a atual legislação liberalizou as importações e as operações cambiais correspondentes: 96% dos itens da nomenclatura alfandegária tunisiana (Sistema Harmonizado) não estão mais sujeitos a licença prévia de importação ou a contingenciamentos. As restrições existentes aplicam-se a certos produtos agropecuários e a produtos perigosos, poluentes ou que afetem a segurança nacional. Todavia, os gravames aduaneiros, baixos ou nulos para matérias-primas, insumos e bens de capital sem similar nacional, continuam bastante elevados, por exemplo, para produtos agropecuários (25 a 250%), têxteis e confecções (90%), bens de consumo durável em geral (17 a 52%, representando dois terços da nomenclatura tarifária) e veículos (92 a 394%).

Com respeito ao capital estrangeiro, o Código de Incentivos aos Investimentos de 1994 concede plena liberdade para investimentos e propriedade (100% do capital) para projeto na Tunísia (exceto nas áreas de mineração, energia, propriedade agrícola e instituições financeiras), como também para remessa de lucros e retorno do capital, e exoneração fiscal para reinvestimento de 35% do lucro; permite também à empresa estrangeira participação de até 49% no capital de empresa tunisiana, cotada ou não em bolsa.

Existem igualmente incentivos especiais para empresas exclusivamente exportadoras (regime "off shore"): isen-



ção fiscal total durante os primeiros 10 anos de operação e de 50% nos anos subsequentes; completa isenção de impostos sobre remessa de lucros e reinvestimentos, assim como sobre a importação dos bens de capital, matérias-primas e serviços necessários à operação da empresa; possibilidade de venda no mercado interno de cota equivalente a 20% do valor da produção total, embora sujeita ao pagamento dos gravames normais de importação. Estão previstos outros incentivos específicos para projetos voltados para o desenvolvimento regional, proteção ambiental, transferência de tecnologia, economia de energia e desenvolvimento agropecuário. Encontram-se em fase de instalação duas zonas de processamento para exportação, em Bizerte, ao norte, e Zarzis, a sudeste, perto da fronteira com a Líbia. No tocante a garantias internacionais, a Tunísia aderiu à MIGA (Multilateral Investment Guarantee Agency) e é signatária da convenção de Nova York de 1958 sobre reconhecimento e execução de sentenças arbitrais.



Acordo de Associação da União Européia com a Tunísia

Um dos fatos mais relevantes da política externa da Tunísia foi a assinatura do Acordo de Associação com a União Européia, em julho de 1995, o primeiro do gênero a ser concluído no contexto da política européia de segurança e desenvolvimento na região do Mediterrâneo, em consonância com as normas da OMC (da qual a Tunísia é membro-fundador), e que objetiva a criação de um espaço econômico euro-mediterrâneo. Entrou em vigor em 1º de março de 1998 e terá duração ilimitada. Além de prever estreita cooperação nos setores político e de segurança, social e de desenvolvimento humano, cultural e financeiro, o acordo institui uma zona de livre comércio entre a UE e a Tunísia, a ser implementada em período transitório máximo de 12 anos. Do lado tunisiano, o processo de desgravação para vários produtos europeus iniciou-se em 1996; do lado comunitário, já existia em larga medida desde o anterior acordo comercial preferencial de 1976. O novo acordo é assimétrico, isto é, a UE concede à Tunísia maiores vantagens e em menor espaço de tempo, devendo-se mencionar também o fato de que a Tunísia deverá receber no período 1996-99 cerca de 11% do total da cooperação financeira européia aos seus parceiros mediterrâneos, em boa parte constituída por doações.

A União Européia eliminou integralmente, no território comunitário, todos os gravames aduaneiros e restrições quantitativas ainda existentes para produtos manufaturados originários da Tunísia. No entanto, os produtos agrícolas e os industrializados de origem agropecuária tunisianos continuarão, em geral, sujeitos a cotas com alíquotas reduzidas, prevendo-se cotas especiais, com alíquotas zero, para laranjas, azeite de oliva e vinhos, produtos de marcada importância nas exportações tunisianas. As restrições existentes no

tocante a produtos agropecuários poderão, no entanto, ser objeto de novas medidas de liberalização a partir do ano 2001. Cabe notar que, em período de 5 anos, a certificação ISO 9000 será exigida para todos os produtos manufaturados e agro-alimentícios tunisianos exportados para o mercado europeu.

No tocante às importações originárias da União Européia, os bens de capital e produtos semi-acabados sem similar nacional, na Tunísia, encontram-se exonerados desde janeiro de 1996 (12% das importações). Os produtos manufaturados sem similar nacional serão desgravados gradualmente, por frações anuais de 1/5, até o ano 2001 (28% das importações). Para os demais produtos industrializados europeus que tenham similar nacional, sejam os considerados competitivos (30%) sejam os não-competitivos (29,5%), o desmantelamento tarifário será também feito por frações anuais diferenciadas, porém até o ano 2008. Os produtos agrícolas europeus continuarão, no entanto, sujeitos ao regime de cotas com alíquotas reduzidas. Alguns itens permanecem excluídos do processo de liberalização tarifária, correspondendo aos 0,5% restantes das importações de produtos europeus: os da lista da OMC (ouro, jóias, armas, drogas, etc.) e os da lista chamada "negativa": tapetes, artigos de artesanato e certas confecções têxteis.

O Acordo de Associação prevê igualmente entre a União Européia e a Tunísia, a livre circulação de capitais, especialmente para investimentos na Tunísia, e a liberdade de estabelecimento de empresas. Serão também objeto de liberalização os serviços entre a União Européia e a Tunísia, tais como seguros, comércio, bancos, transporte por "courrier", etc. O Conselho de Associação (em nível de ministros) e o Comitê (altos funcionários das partes) reunir-se-ão periodicamente para acompanhar o andamento do Acordo e propor



eventuais medidas de maior liberalização no intercâmbio bilateral.

Deve-se mencionar ainda o tratado que instituiu a União do Magrebe Árabe-UMA, em 1989, entre os cinco países norte-africanos (além da Tunísia: Marrocos, Mauritânia, Argélia e Líbia), também dentro do espírito de integração euro-mediterrânea, o qual prevê a implementação de uma zona de livre comércio regional, ainda bastante incipiente. Existem, complementarmente, entre a Tunísia e esses quatro países magrebins acordos bilaterais de concessão de preferências tarifárias, similares àqueles de zona de livre comércio e ao amparo dos quais se efetua grande parte do respectivo intercâmbio comercial bilateral, que cobre hoje 5 a 6% do comércio exterior tunisiano.



Recomendações ao exportador brasileiro

A título de comentários e recomendações ao setor empresarial brasileiro sobre a Tunísia, em vista do acordo preferencial com a União Européia, pode-se observar o seguinte:

a) com respeito a exportações, esse mercado deverá tornar-se de acesso cada vez mais difícil para produtos de terceiros países, como é o caso do Brasil, em vista da perda de competitividade decorrente do diferencial tarifário resultante das vantagens que estão sendo concedidas pela Tunísia, de forma gradual, aos produtos industrializados europeus. É o caso, por exemplo, da cerâmica refratária brasileira, que enfrenta grave concorrência dos similares europeus. Assim, o interesse da Tunísia como mercado importador para o Brasil tenderia, em geral, a manter-se somente para algumas categorias de produtos beneficiados com gravames baixos ou nulos, quais sejam: produtos alimentícios básicos, matérias-primas, insumos industriais e bens de capital;

b) todavia, as condições gerais do país, anteriormente explicadas, e até mesmo a existência do acordo com a União Européia poderiam tornar a Tunísia atrativa para o Brasil como plataforma industrial para fabricação local de produtos destinados à exportação para o mercado comunitário, especialmente em segmentos de tecnologia média, que interessam cada vez menos as indústrias européias, mais voltadas para setores de alta tecnologia. É uma possibilidade que poderá abrir-se para pequenas e médias empresas brasileiras que pretendam posicionar-se no exterior e internacionalizar parte de suas atividades industriais ou de serviços a partir de determinados pontos estratégicos. A escolha da Tunísia como base industrial, mediante o estabelecimento de "joint ventures", alianças estratégicas ou acordos de cooperação com empresas tunisianas (mais de 90% das mesmas são de pequeno ou médio

porte) ou estrangeiras já estabelecidas no país, possibilitaria a produção local em maior escala e a penetração direta das empresas brasileiras, ao amparo do regime preferencial previsto no acordo de associação, nos mercados mais amplos e sofisticados dos 15 países que integram a União Européia. É importante assinalar que, segundo as normas de origem previstas pelo Acordo de Associação, os produtos manufaturados fabricados na Tunísia, que tenham um percentual de valor agregado no país, variável de 15% a 40% ou até 60%, segundo o caso, passaram agora a ter livre acesso ao mercado da União Européia. Nesse contexto, as empresas da Tunísia buscam novas parcerias no exterior em vários setores, entre outros: alimentos processados (acondicionamento de azeite de oliva, de legumes e frutas e de carnes, por exemplo), metal-mecânico, eletro-eletrônico (motores, geradores, etc.), químico, têxtil e de confecções (algodão e outras fibras vegetais ou sintéticas), manufaturas de couro, plásticos e derivados, papel e embalagens (diversificação e desenvolvimento de produto em função da proteção ambiental), móveis, produtos cerâmicos, autopeças, etc., devendo-se incluir também a parte de serviços, especialmente de informática em geral, automação bancária e outros;

c) a Feira Internacional de Túnis, que se realiza anualmente em outubro-novembro, com boas instalações permanentes em Le Kram, a 20 km da cidade, em espaço coberto de cerca de 40 mil m² e destinada à mostra de bens manufaturados em geral, tanto de capital quanto de consumo, seria uma boa oportunidade para exibição, promoção ou introdução no mercado de produtos brasileiros. Na edição de 1996, participaram 40 países e 719 empresas, das quais 323 estrangeiras, tendo-se originado volume direto de negócios da ordem de 15 milhões de dólares; a Feira recebeu 400 mil visitantes, dos quais 20 mil empresários, sendo portanto destinada tanto ao grande público, quanto a profissionais dos mais variados setores.



Dados Bibliográficos

Para elaboração deste estudo foram consultadas publicações e estatísticas oficiais da Tunísia, especialmente do Ministério da Cooperação e Investimento Externo, Banco Central da Tunísia e Instituto Nacional de Estatística, além do texto do Acordo de Associação da União Europeia com a Tunísia.





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento de Promoção Comercial
Divisão de Informação Comercial
Brasília - DF - Brasil

Coleção: Estudos e Documentos de Comércio Exterior
Série: Como Exportar
CEX:

Elaboração: Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial - DPR
Divisão de Informação Comercial - DIC
Embaixada do Brasil em Túnis
Setor de Promoção Comercial - Secom

Coordenação: Divisão de Informação Comercial

Distribuição: Divisão de Informação Comercial

Os termos e apresentação de matérias contidas na presente publicação não traduzem expressão de opinião por parte do MRE sobre o "status" jurídico de quaisquer países, territórios, cidades ou áreas geográficas e de suas fronteiras ou limites. Os termos "desenvolvidos" e "em desenvolvimento", empregados em relação a países ou áreas geográficas, não implicam tomada de posição oficial por parte do MRE.

Direitos reservados. ISBN - 85-98712-60-4

É permitida a transcrição total ou parcial do presente estudo, desde que seja citada a fonte.